UMA FONTE DEMográfICA PARA A HISTória SOCIAL DO BRASIL
(1850-1890): AS LISTAS ELEITORAIS

Maria Yedda LINHARES *
Francisco Carlos Teixeira da SILVA **

O avanço da História Social na década de Sessenta, sobretudo na França, fez-se através dos trabalhos com forte base demográfica, de cunho local e corte secular. Um ramo, em especial, da demografia tornou-se notável: o estudo da condição socioprofissional das populações de sociedades não-capitalistas.

Ainda em 1965, no conhecido colóquio de História Social de Saint-Cloud, A. Soboul chamava a atenção para a necessidade de adquirir-se o mais exato conhecimento possível das categorias sociais, suas propriedades e seus rendimentos, via a utilização das fontes fiscais. Para a construção de codificações profissionais, a base documental mantinha-se com o uso sofisticado dos livros de catolicidade (batismo, casamento e óbitos). Em suma, uma base documental ampla e a preocupação de introduzir as classes sociais na análise histórica resultaram em trabalhos notáveis de recuperação da fisionomia social dos séculos XVII e XVIII.

Quase contemporaneamente, vários estudiosos brasileiros lançaram-se na tentativa de transpor para os séculos XVIII e XIX, no caso do Brasil, as metodologias criadas por historiadores como L. Henry, P. Goubert, E. Labrousse, A. Dauverne e outros. Surgiram, assim, grupos de pesquisadores na Bahia, no Rio de Janeiro e no Paraná que iniciaram um inventário das fontes e das disponibilidades existentes. Outros, na própria França (e com uma visão francesa), procediam a análises sob a mais rigorosa orientação de historiadores como L. Henry que re—

* Professor titular da UFRJ e Professor Adjunto da UFF
** Professor Assistente da UFF e Mestre em História

451
sultaram, sem dúvida, em trabalhos bem elaborados mas que não demonstravam preocu-
pação acentuada em desvendar, através da documentação demográfica, o perfil
profissional de estruturas sociais específicas.

No Rio de Janeiro, os inventários de fontes culminam em três conclu-
1) a impossibilidade da utilização sistemática, serial, das fontes fiscais para
a construção de classificações socioprofissionais, seja pela dificuldade de lo-
calizá-las, seja pela inexpressividade dos seus dados para os fins propostos;
2) as imensas lacunas do registro paroquial e sua regular pobreza quanto às va-
riáveis passíveis de tratamento estatístico, sobretudo no tocante às profis-
sões; 3) a descoberta de um corpo documental razoavelmente preciso, rico e pas-
sível de seriação: as listas eleitorais (ou qualificação de votantes, para o pe-
ríodo que se estende até os anos 80 do século XIX). Coube, inicialmente, a
M.Y. Linhares a análise documental naqueles aspectos que permitiram a construç-
ão de um modelo socioprofissional para a Cidade do Rio de Janeiro no século XIX.

Esta primeira proposta de código socioprofissional, ao contrário de
algumas posteriores, caracterizava-se por uma postura de respeito às deno-
ciações ocupacionais da época, a partir das quais e com o conhecimento daquela so-
ciedade foi possível elaborar um código socioprofissional (1974). Outros estu-
diosos, como Maria Luiza Marcílio e Jayme Cardoso optaram pela adoção do crité-
rio de Colin Clark de dividir a população ativa em setor primário, secundário e
terciário, válido para sociedades pós-Revolução Industrial e duvidosamente adap-
tável às sociedades de tipo pré-capitalista. Mais recentemente, Kátia de Quei-
roz Mattoso (1978), indo além de uma simples classificação profissional, procura
apresentar um quadro completo das hierarquias sociais, através da adoção do
modelo proposto por R. Mousnier. Se, por um lado, seus resultados são ricos, por
outro, seu espaço é mais restrito, o que abre no tempo a possibilidade de uma
visão larga e uma multiplicidade (e também heterogeneidade) de fontes em apoio
ao trabalho do historiador.

Ao lado da grande diversidade teórica que se oculta nas tentativas ci-
tadas, os trabalhos mais recentes algumas vezes perdem o rigor herdado dos mes-
tres franceses. Um exemplo é Pondé de Senna (1979) que, ao tentar construir uma
hierarquização profissional para o sertão do Itapicuru (BA), acrescenta aos au-

452

Na França, quando os historiadores da sociedade lançaram mão de uma documentação diversa dos livros de catolicidade, sempre se preocuparam em que seu corpo documental fosse único e o mais universal possível. Foi, assim, com os contratos de casamento para Mlle. Daumard ou os três mil testamentos marcelhos de M. Vovelle. Vemos, pois, que o uso de codificações socioprofissionais, no Brasil, debate-se com dois problemas: um de ordem teórica, ou seja, a ausência entre os historiadores brasileiros de uma vigorosa discussão sociológica sobre classes, grupos, estamentos ou "status" social, e outro de ordem metodológica (uso dos corpos documentais).

A partir de análises parciais por nós realizadas (1971, 1974, 1981) para regiões diversas, como o Município da Córte, a grande área cafeira de Canta-galo (RJ), o sertão do São Francisco (SE) e a região canavieira de Laranjeiras/Estância (SE), podemos apontar para algumas conclusões prévias:

1) Para o Município do Rio de Janeiro e a área de policultura do sertão sergipano destacamos uma sensível diferenciação profissional nas listas de votantes que encobre uma diversificação social e uma estratificação mais complexa;

2) A Córte apresenta, em 1876, um total de 162 profissões e ocupações no meada das quais 62 ofícios diferentes (artesãos e mecânicos) sobre um total de 15.958 votantes, enquanto Porto da Folha no sertão de Sergipe apresenta, em 1871, 26 profissões sobre 1.516 votantes e a grande região cafeira de Cantaga-lo, ao longo da segunda metade do século, mesmo no período imediatamente pós-abolição, notabiliza-se pela presença maciça de negociantes e lavradores, com um segmento intermediário inexpressivo em termos percentuais.

3) Numa sociedade colonial de caráter escravista, a diferenciação socioprofissional é mais acentuada no interior de cada segmento ocupacional (por exemplo, lavradores) do que no sentido de uma verticalidade das hierarquias pro
fissionais. Nas áreas típicas de "plantation" a polarização livre/escravos encobria uma imensa diferenciação de situações no interior de cada uma dessas condições jurídicas.

Em conclusão, se a condição livre ou escrava designa a posição de base, ela, no entanto, não anula as hierarquias que são sociais e econômicas e que dizem respeito à posição que o indivíduo ocupa no sistema produtivo global, no plano do prestígio político e social, na psicologia coletiva, níveis esses que se entrelaçam com escassas possibilidades de serem "medidos" estatisticamente. Mas, para apreender essas hierarquias, o historiador começa por avaliar o universo profissional. No caso brasileiro, a documentação eleitoral é de importância capital, ponto-de-partida para a caracterização das estruturas sociais.